

Mesma carne, outro sangue: notas introdutórias sobre as relações culturais republicanas entre Portugal e Brasil

Same flesh, a different blood: *introductory notes on the Republican and cultural relations between Portugal and Brazil*

Maria do Socorro Fernandes de Carvalho

Universidade Federal de São Paulo – São Paulo – São Paulo – Brasil



Resumo: Este estudo, preponderantemente introdutório, intenta pôr em cena elementos historiográficos que pautaram as relações culturais entre Portugal e Brasil a partir da proclamação da república portuguesa em 1910. Levam-se em conta os seguintes elementos balizadores do debate, imprescindíveis à proposta: notas sobre a questão republicana, a imigração, os conceitos de nacional e colônia, até chegar ao item central de interesse: os estudos literários. O artigo apresenta rápida apreciação da historiografia da literatura comparatista entre obras e autores do início do século XX nos dois países lusófonos.

Palavras-chave: República; Estudos literários; Nacionalismo; Modernismo; Cultura

Abstract: This study – of markedly introductory nature – aims at bringing into scene the historiographic elements which have grounded the cultural relations between Portugal and Brazil as of the Portuguese proclamation of Republic in 1910. It takes into account the following elements which underpinned the debate; and which were needful to the debate proposal: notes on the Republican issue, immigration, the concept of national and colony; and then the key item of interest: the literary studies. This study presents a brief review of the historiography of the comparative literature of works and authors in the onset of the 20th century in those two lusophonic countries.

Keywords: Republic; Literary studies; Nationalism; Modernism; Culture

O estudo das consequências da mudança do regime monárquico para o republicano a partir de 5 de outubro de 1910 em Portugal incide sobre as polaridades existentes entre esses dois modos de governo. De fato, a instauração da república deflagrou uma série de mudanças políticas e concepções, tal é o que acontece com relação ao Brasil no que diz respeito à importante questão do lugar que o pensamento, a cultura e o homem português ocupariam na mentalidade brasileira do século XX que se iniciava. A partir de 1910, uma das frentes de afirmação do novo regime encontra-se no nacionalismo. A proposta deste texto é iniciar, ainda que em pequena escala, o debate sobre algumas variáveis históricas presentes nesta equação: o nacionalismo como um dos efeitos da instauração da república portuguesa no Brasil e sua repercussão no universo da cultura lusófona, mormente no âmbito dos estudos literários.

Após a proclamação da república em Portugal, a história registra o interesse mútuo dos países em estreitar

laços. Fator ilustrativo de busca de interação neste início de século XX, o presidente António José de Almeida vem em visita oficial ao Brasil por conta das comemorações do primeiro centenário da independência política. Este fato intensificou o debate formal e a conscientização coletiva sobre as relações luso-brasileiras, sobretudo porque estimulou a dita relação instituída entre o ex-colonizador e novo irmão do brasileiro, o português.

Para além disso, uma série de ocorrências nos âmbitos literário e científico, contribuíram para estreitar as convergências. A realização da grande aventura da primeira transposição aérea do oceano Atlântico de Portugal ao Brasil pelos aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral foi uma sensação acompanhada de perto. No plano da política republicana, destacou-se o processo de emigração de cidadãos portugueses para o Brasil.

Os diversos debates que envolveram portugueses e brasileiros nas duas primeiras décadas do século XX fazem saltar à vista que existiram, do ponto de vista

do Brasil, ao mesmo tempo, linhas de pensamento lusófbas e aquelas interessadas nas coisas de Portugal. Textos escritos nesse período revelam as duas posturas opostas: por um lado são também tomadas por lusofobia, por outro lado são intensificadas em função sobretudo da implantação da república em Portugal e da presença marcante da imigração portuguesa no Brasil. Para alguns estudiosos, não há dúvidas quanto à premissa lusófoba, posto que é expressão da negação do modelo agrário de país impingido pela colonização, mas o que se procura entender é porque essa lusofobia não impediu o incremento nas relações entre os dois estados lusófonos. Alguns fatos revelam uma distância inegável. Sabe-se, por exemplo tirado do âmbito literário, que Fernando Pessoa só viria a ser editado no Brasil a partir de 1940, por ação de Cecília Meireles; sabe-se ainda da má difusão dos livros portugueses no Brasil e vice-versa e das polêmicas linguísticas envolvendo a conformação da língua e o debate acerca de acordos ortográficos. A propósito dessas relações, Fidelino de Figueiredo¹ afirma por sua vez estarem de tal forma exauridas pelo tradicionalismo que nem as correntes migratórias poderiam travar ou equilibrar.

Textos coetâneos que incidem afirmativamente sobre as relações insistem em temas comuns aos dois países, como o aumento da colonização portuguesa, a condição política e afetiva do convívio social da colônia portuguesa no Brasil, relações diplomáticas e comerciais etc. Esse gênero de texto propala a tradição das relações amistosas entre Brasil e Portugal, cultuando portanto a lusofilia e estimulando vários tipos de relações, desde comerciais a aventuras científicas. De modo geral, os argumentos incidem sobre os laços institucionais e simbólicos entre as duas culturas. Tais textos, como os escritos pelo português João de Barros, apostam no fortalecimento das relações luso-brasileiras. Livros como o *Caminho da Atlântida: uma campanha luso-brasileira e Portugal, terra do Atlântico*, este de 1923, fazem apologia das vias comuns aos dois estados, destacando a por assim dizer vocação atlântica de ambos. Nesse período surgem importantes opúsculos, que se dividiam entre defensores e detratores da causa lusitana. Jornais como *A Pátria*, *O Jornal Português*, o *Paiz* denunciavam o antilusitanismo, ao passo que revistas como *Brazileia* (a partir de 1/1/1917) e *Gil Blás*, (fundada em 13/2/1919), acomodavam vozes lusófbas, revelando outra face do processo de assimilação do português ao Brasil. Essas vozes faziam ecoar sobretudo as diferenças culturais e sociais e as disputas e conflitos originários da emergência econômica da colônia portuguesa, especialmente na sociedade do Rio de Janeiro. Atente-se para o fato de que importantes opúsculos de vertente luso-brasileira procuravam neutralizar a ação antilusitanista da ação nacionalista,

como a revista mensal *Atlântida*, que circulou entre 1915 e 1920, no Brasil e em Portugal, tendo como diretores João do Rio e João de Barros. Arnaldo Saraiva elenca também algumas revistas literárias de temática luso-brasileira circulantes e influentes no período: *A Águia* (1910-1932), *Orpheu* (1915), *A Rajada* (1920) e *Terra do Sol* (1924).

1 Notas sobre a questão republicana

No início do século XX, o andamento da causa republicana já andava suficientemente acelerada, com a ação de jornais republicanos ajudando a formar a opinião pública favorável à mudança do regime, o que aconteceria em 5 de outubro de 1910, como se sabe, com a implantação de um governo provisório e posterior eclosão de várias correntes partidárias abrigadas sob a mesma rubrica. De modo geral, foi a heterogeneidade dessas correntes que gerou a impossibilidade de uma centralização republicana e a sucessividade dos vários governos e numerosos ministérios no decorrer daqueles primeiros anos do novo regime. Essa desagregação será mesmo a marca da primeira república portuguesa, até esta ser suspensa por um golpe militar de direita em 1926.

Todas as áreas do pensamento e da ação foram afetadas pelo republicanismo em Portugal. Podemos, porém, citar a esfera da educação como caso exemplar capaz de revelar mudanças de planejamento e realização na nova ordem do regime recém-implantado, a ponto de poder ser a educação identificada como coração da cidadania republicana, secundada pela política de desenvolvimento das colônias. O pensador português João de Barros, já referido como parceiro do brasileiro João do Rio na revista *Atlântida*, escreveu largamente sobre política educacional. No seu livro *Educação republicana*, de 1916, descreve um plano pedagógico alicerçado no republicanismo: “nesta hora em que assistimos à elaboração duma nova fórmula de disciplina social, de que a República foi a encarnação política.”²

Convém desnudar outro aspecto da questão. Iniciado já o século XX, notamos nos variados segmentos da sociedade uma constante: a ideia de que o imperialismo português foi um dos principais elementos de civilização do Novo Mundo. Discursos de líderes políticos, de jornalistas, de pensadores livres, de monarquistas ou republicanos, todos parecem acreditar nessa noção que se revela como verdadeira herança imperial, assumida mesmo pela diversidade de orientação do regime político. Essa ideia vai enfeixar, em larga escala, o nacionalismo português que o regime republicano adotará como discurso

¹ Fidelino de Figueiredo. *Um século de relações luso-brasileiras (1825-1925)*. Lisboa: Empresa literária fluminense, 1925, *passim*.

² João de Barros. *Educação republicana*. [S.l.]: [s.n.], 1916, p.12.

de convencimento de sua legitimidade e acerto na nova empreitada do mesmo Portugal arrojado, destemido e conquistador dos tempos da expansão marítima. O Brasil aparece então como parte do novo desafio internacional. A grandeza da ex-colônia aparecerá assim como comprovação da enormidade do empreendimento bem sucedido da nação.

No plano político mais abrangente, essa forma de pensar o Brasil como o maior sucesso expansionista português pretende justificar toda a empresa colonial, sobretudo a africana, então vigente e disputada com despreendimento e eficiência por potências europeias. Quanto ao Brasil atual, o maior desafio será, assim, reverter a grandeza dessa herança, no Brasil e pelos brasileiros, em amizade, aceitabilidade ou reconhecimento ao português, agora não mais colonizador, mas imigrado.

Chegamos rapidamente a um artigo que quase chega a confundir-se com a então breve história colonial republicana portuguesa: a emigração maciça de portugueses para o Brasil. No que diz respeito ao discurso legitimador do regime republicano, o cunho nacionalista vai encontrar no nicho da emigração seu lugar mais apropriado, necessário e em muito caso suficiente de exercício. É junto à comunidade portuguesa que se espalha pelo Brasil muito intensamente desde as décadas finais do século XIX que o discurso nacional-republicano constrói seus principais instrumentos de representação.

2 Notas sobre a questão da imigração

Desde o século XIX que existia uma corrente migratória de Portugal para o Brasil. Os lusitanos estiveram muito presentes em toda a lavoura do café ao longo da crise do escravagismo, inclinando-se progressivamente para os trabalhos urbanos, como ficaria caracterizado na segunda metade do século XIX. “Até o início da vinda de lavradores italianos em massa, na década de 1870, os lusos configuraram o rosto do imigrante europeu predominante no país.”³ Só com a crise econômica de entre 1925-1931 é que diminui o interesse pelos imigrantes portugueses. O que nos importa destacar é que a república portuguesa intensificou o processo de migração. Segundo nota Nuno Simões, existiu mesmo esta política republicana: “A implantação da República abriu à aproximação com o Brasil largas perspectivas. O parlamento brasileiro saudou-a como animadora dessa aproximação.”⁴

A presença crescente de trabalhadores estrangeiros em espaços até muito recentemente ocupados por escravos

gerou uma pletera de conflitos e demandas. Os imigrantes fizeram-se presentes em diferentes estratos da sociedade, em setores tradicionais ou modernos de produção; os portugueses chegados eram em geral trabalhadores. Adentrado já bastante o século XX, todavia, continuam a existir graves problemas entre os imigrados, notadamente os de ordem social e do fenômeno da imigração portuguesa para as terras brasileiras derivam numerosas implicações político-sociais.

A mesma herança imperial, entretanto, aparece por outro lado como resultante muito positiva do processo civilizatório da empresa imperial lusitana no Novo Mundo, o que vai alimentar por sua vez o fervor dos discursos lusófilos tanto no meio intelectual brasileiro, quanto na política da república portuguesa, com a qual emendar-se-á. É esse segundo viés que preside numerosos discursos lusófilos que ressoam opiniões republicanas, e monarquistas, como deixa ver por exemplo o livro *Portugal – Brasil: discursos pronunciados em homenagem a Paulo Barreto*, de autoria de Carlos Malheiro Dias, em que os laços de união histórica e contemporânea dos dois países são destacados em função dessa mesma herança profícua. A política migratória republicana vai ao encontro dessa concepção, incentivando nos emigrados nacionais uma vontade de crescimento econômico e social que a nação portuguesa não podia oferecer naquele momento histórico. Contudo, os portugueses vindos ao Brasil não deveriam entender-se desterrados das terras lusitanas, mas deveriam manter a identidade nacional, os valores pátrios e a remessa de lucros para Portugal.

3 Nacional e colônia

No Brasil, o principal mecanismo de imputação do pensamento republicano português concentrou-se na conformação corporativista de sua colônia, sobretudo da elite econômica e financeira dessa colônia, a qual se ocupou de antemão por construir ou apropriar-se de variados instrumentos de representação do pensamento e do discurso republicanos.

Além dessas representações institucionais, observam-se alguns itens pontuais cuja ocorrência terminou por estreitar as relações entre os dois países e por engrossar os discursos lusófilos. Marco do aniversário de cem anos da independência do Brasil encontrou-se na publicação do livro *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, entre 1921 e 1926, de direção e coordenação literária de Carlos Malheiro Dias, em três avantajados volumes ilustrados e com textos de historiadores diversos, como Jaime Cortesão. De fato, o livro prestigiou a vertente lusófona na formação do povo brasileiro. O objetivo da publicação era revisar e atualizar a historiografia que relacionava os dois países. Patrocinado pelo Real

³ José Aurivaldo Sacchetta Ramos Mendes. *Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822/1945)*. Tese de doutorado. História, USP, 2007, p. 112.

⁴ Nuno Simões. *Actualidade e permanência do luso-brasilismo (conferências e discursos) – 1945-1955*. Ed. do autor, Lisboa, 1960, p. 31.

Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro, essa edição revela igualmente certo nível de coesão do tecido social da colônia lusitana ilustrada circulante em torno à biblioteca inaugurada pela Princesa Isabel e que sempre contou com a forte adesão de Carlos Malheiro Dias. Dois outros acontecimentos: as exposições de 1908 e de 1922, esta chamada de Exposição Universal do Rio de Janeiro, em que Portugal se fez representar prodigamente.

Negativamente também podemos pautar acontecimentos pontuais. É o caso da chamada “questão dos poveiros”. Trata-se de um incidente no âmbito diplomático, ocorrido em 1920, que revela, entre outros aspectos, certa inclinação da política pública brasileira em, malgrado a solenidade aparentemente lusófila dos discursos oficiais, desprestigiar a parceria amigável com o governo português. O historiador A. da Silva Rego resume nos seguintes termos o caso:

O Governo brasileiro, presidido pelo Dr. Epitácio Pessoa, decretara a naturalização dos pescadores a fim de os poder utilizar, como reserva naval, caso houvesse necessidade. Os poveiros portugueses, lá residentes, não se quiseram submeter a tal medida e, em consequência da sua atitude, foram repatriados. O gesto dos poveiros foi injustamente apreciado por alguns sectores da opinião pública.⁵

Essa polêmica reacendeu o debate em torno das condições da migração e das carências da política migratória.

Outro dado a destacar é o fato de que a citada prática de formação de opinião, oriunda no plano estatal, ser conduzida nas várias camadas sociais de imigrados, pois além de trabalhadores, vieram para o Brasil uma parcela de intelectuais e profissionais ligados às artes, à filosofia e às profissões liberais. No Brasil do final do século XIX circulavam companhias de teatro portuguesas, textos literários atravessavam o oceano Atlântico e eram publicados ineditamente em jornais brasileiros, jornalistas e artistas gráficos mudaram para o Brasil, além, é claro, da grande massa de trabalhadores. A República incentivou essa prática.

Conclusivamente podemos dizer que dois pontos aparecem em decorrência da assimilação do pensamento nacionalista para o cerne do republicanismo entre os imigrados no Brasil: de um lado, a manutenção do pensamento demandaria igualmente um discurso nacionalista, o qual se realizaria por forte implementação do associativismo, especialmente na formação da opinião pública com a imprensa. No plano intelectual, a reação nacionalista brasileira apresentou-se com igual intensidade. Surgiram grupos de pensadores que manifestaram publicamente ideais nacionalistas, não raro xenófobos, via de regra ufanistas e por vezes antilusitanos.

4 Estudos literários

Na esfera da literatura, os estudos literários já renderam opiniões abalizadas sobre a precariedade quanto aos parâmetros comparativos entre os movimentos modernistas que repensavam os paradigmas das letras nos dois países lusófonos. Também nesse circuito, todavia, apesar do avançado debate, opiniões divergem quanto à presença de um diálogo entre os dois movimentos: enquanto grassa a informação da lusofobia dos mentores do modernismo brasileiro, Arnaldo Saraiva empenha-se em demonstrar que estes não ignoraram a literatura portuguesa de então. Conclui Saraiva que a lusofobia, citando Carlos Malheiro Dias e Álvaro Pinto, restringia-se a uma pequena parte da inteligência brasileira e apresenta a lusofilia incentivada pelo Real Gabinete Português de Leitura e outras instituições sediadas no Rio de Janeiro. Em tese de doutorado, Madalena Vaz Pinto conclui no sentido de que, mesmo dadas as relações entre alguns epítomes dos dois movimentos, não houve diálogo entre eles.

No editorial de abertura do primeiro número da revista *Atlântida*, em novembro de 1915, a justificar a vertente literária do mensário, João de Barros escreveu que “o amor fervoroso que os escritores brasileiros têm pela nossa literatura não significa somente uma preferência literária, e nem podia significá-lo: é a manifestação superior de uma tendência geral de afetividade, sem dúvida mal reconhecida.”⁶ O que se, por um lado, marca o interesse na conjugação dos dois palcos literários, não deixa de indiciar também a distância entre eles. No número seguinte da revista, a questão é retomada a partir do mesmo fator histórico que presidiria as relações globais entre os dois países: o desconhecimento mútuo:

E em Portugal ao que me parece, em conjunto, pouco se sabe da cultura brasileira, da própria literatura de ficção, cuja nossa cultura tanto apreciam os de lá. Alguns escritores nossos são conhecidos e lidos, mas o movimento intelectual não é seguido e compreendido.⁷

As duas literaturas precisavam conhecer-se mais para se estimarem.

Como todo o movimento modernista englobava várias formas de arte, a necessidade de integração é incitada por vários setores do campo cultural. A revista noticia o fato de que Alberto de Oliveira, sócio efetivo da Academia Brasileira de Letras e sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, e também Cônsul Geral

⁵ A. da Silva Rego. *Relações luso-brasileiras: (1822-1953)*. Lisboa: Edições Panorama, 1966, p. 76.

⁶ Revista *Atlântida: mensário artístico, literário e social para Portugal e Brasil*. Ano I, n. 1, 15/11/1915.

⁷ Revista *Atlântida*, Ano I, n. 2, em 15 dez. 1915, p. 101.

de Portugal no Brasil, proferira um discurso na instituição portuguesa proclamando a necessidade de uma estreita aliança intelectual e artística entre Portugal e Brasil. Um exercício de tal intercâmbio é efetivado pela revista pela intensa celebração do poeta brasileiro Olavo Bilac, em viagem a Portugal, entre março e abril de 1916, em que o fator nacionalista é determinante para a aprovação da prática literária de Bilac. No discurso de homenagem feito por João de Barros, aparece o que chama de “critério nacionalizador” de Olavo Bilac:

A nossa literatura, aqui, e no Brasil, é hoje nacionalista, e será nacionalista. (...) A moderna literatura portuguesa não é apenas um templo da arte: é também uma escola de civismo. Na poesia, no romance, no drama, a alma nacional está enchendo cérebros e corações. (...) No Brasil, esta mesma corrente sagrada liga todos os verdadeiros homens de letras, dignos de profissão e de nome.⁸

A revista encontra apoio para a empreitada em intelectuais no Brasil. João de Barros cita João do Rio, que teria dito: “De qualquer forma, para o bem e para o mal, necessitamos conhecer-nos uns aos outros. É preciso traduzir os escritores, promover o intercâmbio cultural, fomentar viagens desses escritores, estabelecer correntes de intimidade mental, discutir, comparar.”⁹ A questão não reside apenas em diferentes caminhos terem sido trilhados pelos escritores modernistas de ambos os movimentos, mas infere toda uma ação cultural. No âmbito das artes plásticas igualmente encontra-se debate semelhante. Por exemplo, no interior da campanha pela instalação da citada Confederação Luso-brasileira, o pintor brasileiro Navarro da Costa defende uma aproximação artística entre os dois países na Sociedade Nacional de Belas Artes. E sobre artes plásticas, declara João de Barros: “Porque, na verdade, a influência da arte portuguesa no Brasil pode dizer-se nula.” Justifica que isto não constitui um problema, pois assim é comum entre irmãos, ou como em dois ramos da mesma árvore. Mas que existe uma sensibilidade, o lusitanismo comum, o qual deveria ser sempre buscado. Sobre a relação entre república e cultura em Portugal, escreve ainda João de Barros:

Quando a República se proclamou, em 1910, viu-se que tinha consigo os homens mais ilustres do povo. Nesse tempo, a elegância mental estava do lado da República. Os monárquicos tentaram chamar a si os intelectuais: – descaminharam algumas cabeças mais fracas. Da obra deles, no entanto, nenhum movimento nasceu, nem sequer o da tradição (...) A vitória da República saneou, não só o meio político, mas também o meio intelectual e artístico.

Outro historiador da literatura, João Alves das Neves, observa as revistas portuguesas do momento e

localiza nelas possibilidades de inter-relações. Assim afirma:

Se considerarmos *A Águia* (1910 a 1932) como antecipadora de *Orpheu* (1915), *Portugal Futurista* (1917) e *a Presença* (1927/40), por haverem colaborado nestas revistas numerosos modernistas de todas as artes, não será exagero admitir que em *Atlântida* (1915/1920), *Atlântico* (1942/50) e até mesmo na *Távola Redonda* (1950/54) estiveram também presentes dezenas de poetas portugueses e brasileiros, hoje catalogados entre os principais fautores dos movimentos do modernismo nos dois países.¹⁰

Neves lembra que o artista português Antonio Ferro apresentou o manifesto *Nós* na revista brasileira *Klaxon* de julho de 1922, sob os aplausos futuristas. Mesmo *Orpheu* teve os brasileiros Ronald de Carvalho e Eduardo Guimarães nos números 1 e 2 respectivamente. A revista *Presença* trouxe por sua parte muitos brasileiros. Como conclusão, o historiador tece opinião direta ao dizer que “Não há ligações diretas entre os movimentos modernistas português e brasileiro, que eclodiram a uma distância de sete anos – em Lisboa, com *Orpheu*, em 1915, e em São Paulo, com a “*A Semana*”, em 1922. Há, no entanto, vários elos (...)”¹¹ Resta ainda aos estudos literários aquilatar o significado histórico e simbólico da existência desses “elos”.

Dentre os modernistas, João Alves das Neves afirma ainda que Graça Aranha aparece como fator de contradição nessa relação com seu ataque contra certo “estilo colonial”. Não é de fato ocasional esta interpretação. No contexto do debate em torno do Acordo Ortográfico entre Brasil e Portugal, polêmica levada a cabo pela revista *Brazileia* no começo da década de 1930, o mensário nacionalista publica trecho de um discurso que Graça Aranha teria proferido em 1924 na Academia Brasileira de Letras, pelo qual fica notório o quanto a questão da herança literária veiculada pela língua portuguesa ainda grassava contraditória entre os homens que fizeram o modernismo do Brasil. Veja-se o trecho:

Em vez de tendermos para a unidade literária com Portugal, alarguemos a separação! Não é para perpetuar a vassalagem a Herculano, a Garrett e a Camilo, como foi proclamado ao nascer da Academia que nos reunimos. Não somos a Câmara mortuária de Portugal.¹²

⁸ Revista *Atlântida*, ano I, n. 6, 15 abr. 1916, p. 594.

⁹ Revista *Atlântida*, Ano 3, n. 28, p. 438.

¹⁰ João Alves das Neves. Movimentos modernistas em Portugal e no Brasil: as revistas e os autores. In: *Convergência Lusíada: revista do Real Gabinete Português de Leitura*, n. 12, 1995, p. 117.

¹¹ Idem, p. 119.

¹² Revista *Brazileia: mensário nacionalista – Sociologia, arte e crítica*, 2ª fase, n. 1, ago. 1931, p. 18.

Em recente avaliação histórica da relação entre (a instauração da) república, nação e literatura em Portugal, o estudioso José Carlos Seabra Pereira propõe algumas conclusões que, embora digam respeito à projeção literária de Portugal na Europa, talvez possam nos ajudar a equacionar o suposto desencontro entre os modernismos brasileiro e português. Afirma este estudioso a título de conclusão:

Ambiente propício a todos os equívocos, e a novos sincretismos, o final do primeiro quartel, muito marcado pelos cronistas mundanos, raro não traz, porém, a marca predominante do Neo-Romantismo lusitanista nas mais desencontradas iniciativas de um gosto apesar de tudo abalado pelas reconversões do pós-Guerra e pelas sequelas da aventura orfaica (no estado de crise do Modernismo).¹³

Por este enunciado, vemos que apesar da série literária encontrar-se marcada, como sugere o trecho, pelas incisões provocadas pelas vanguardas da arte, nomeadamente por *Orpheu*, orienta-se ainda por vocações oitocentistas, como a perfilada pelo chamado Neo-Romantismo, o que pode revelá-la muito mais envolvida em arrebatos fatores internos e históricos de suas tradições e menos em empreender relações com os modelos brasileiros daquele tempo, ou mesmo de antes dele.

Outra marca que ao crítico importou revelar é a que as representações literárias de então manifestavam fortemente as questões da nacionalidade e veiculavam com vivacidade aspectos políticos da hora.

Pelo que Pereira assevera, entende-se que, após a implantação da república, houve inflexões na literatura, próprias ao compromisso de representar as coisas do tempo, como a referida “questão nacional”, que “quase proscreve os radicalismos libertários em favor do canto patriótico”, inclinando-se a certa busca de refundação da nacionalidade, tese perseguida concomitantemente pelo discurso da narrativa histórica. Não que a centralidade desse artigo fosse fator de afastamento em relação ao modernismo brasileiro, antes disto, sabe-se que este movimento também aqui privilegiou o debate em torno da coisa nacional, bastando lembrar o Manifesto *Pau Brasil* de Oswald de Andrade e as mais prestigiadas pinturas de Anita Malfatti e Tarsila do Amaral. Só que, entre os brasileiros, essa questão era fundada noutros pressupostos (reconhecimento do país continental, aceitação do coloquialismo formal etc.), exigiu posturas diversas (canibalismo, passadismo etc.) e tomou rumos

diferentes nas suas veredas teóricas (crise do verso etc). De fato, nos dois lados do Atlântico, as questões formais são as mesmas, mas trilhadas por caminhos que pouco se cruzaram, como se os dois modernismos buscassem a flor mais perfeita em jardins sempre paralelos.

Pelo que vimos observando, houve mais de uma concepção de nacionalismo desde a implantação da república no Brasil até os primeiros anos da república em Portugal. Na esfera da cultura, a fissura ainda existente entre as concepções políticas monárquica e republicana aparece em lugares como na indeterminação da heroicidade de ancestrais portugueses ou na contraditória inaceitabilidade de heranças veiculadas pelas tradições letradas da língua portuguesa nos campos da língua ou da literatura, ações que disputam palmo a palmo a coexistência de valores, interesses e práticas entre os dois conjuntos de representações, como a propalada adoção da eminência histórico-nacionalista da obra de Luís de Camões por ocasião das comemorações do centenário em 1880 ou nas tentativas de comprovação do coleguismo entre os dois movimentos modernistas, estes em tempos já republicanos.

Precisamente no campo dos estudos literários, uma observação mais imparcial mostra que os tradicionalmente levantados pressupostos de afinidade de cultura e “raça” correntes nos lusófilos de parte a parte do século XIX têm sido atualizados por historiadores e críticos literários contemporâneos empenhados: os itens culturais afins são retomados na busca por convergências de interesses de autores portugueses e brasileiros modernistas e na sistematização de ciclos e movimentos literários equiparáveis nos dois países. Por exemplo, os estudos literários acadêmicos têm se dedicado a mostrar a consolidação da circulação de revistas e periódicos pelo Atlântico, o trânsito profissional de artistas nos meios de comunicação dos dois países, as mesmas matrizes intelectuais de formulações, concepções e produções culturais em ambos os movimentos artísticos do início do século XX, as influências literárias recebidas de lado a lado etc. De modo geral, os historiadores da literatura tendem a buscar afinidades e tentam demonstrá-las nos seus estudos e comparações dos dois sistemas literários.

Quando a avaliação historiográfica é efetuada por historiadores externos aos estudos literários, no geral a apreciação conduz à constatação de relações de pouca intensidade entre os dois momentos histórico e cultural brasileiro e português. Os historiadores da literatura, como vimos, apostam no sentido contrário à propalada lusofobia dos modernistas brasileiros e recuperam provas de afinidades várias.

No Brasil destas décadas iniciais do século XX, em meio às ondas migratórias, em tudo que toca a Portugal, o terreno é sempre movediço. Na política, nas artes, na literatura, nos afetos humanos...

¹³ José Carlos Seabra Pereira. O tempo republicano da literatura portuguesa. In: *Revista Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 175, set./dez. 2010, p. 3-64, separata, p. 43.

Referências

- BARROS, João de. *Caminho da Atlântida: uma campanha luso-brasileira*. 2. ed. Lisboa: Livraria Profissional Ed., s/d.
- BARROS, João de. *Educação republicana*. [s.l.]: [s.n.], 1916.
- BARROS, João de. *Portugal, terra do Atlântico*. Paris-Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1923.
- BARROS, João de. *Presença no Brasil: paginas escolhidas – (1912-1946)*. Lisboa: Edições Dois Mundos, [s.d.]
- CELSONO, Afonso. *Porque me ufano do meu país: right or wrong, my country*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2001.
- DIAS, Carlos Malheiro. *Portugal-Brasil*. Discursos pronunciados no banquete em homenagem ao ilustre escritor brasileiro Sr. Paulo Barreto, realizado no Club Ginástico Português em 6 de setembro de 1919.
- DIAS, Carlos Malheiro. *Relações luso-brasileiras: quimeras e realidades*. In: *Lusitânia: revista de estudos portugueses*, Lisboa, Fasc. II, mar. 1924.
- DIAS, Carlos Malheiro. *Rumo à terra*. Conferência proferida a 28 de setembro de 1917. Edição da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1917.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. *Um século de relações luso-brasileiras (1825-1925)*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1925.
- FIGUEIREDO, Jackson de. *Do nacionalismo na hora presente*. Carta de um católico sobre as razões do movimento nacionalista no Brasil e o que, em tal movimento, é possível determinar. Dirigida a Francisco Bustamante por Jackson de Figueiredo. Rio de Janeiro: ed. da Livraria Catholica, 1921.
- FONSECA, Célia Freire d'Áquino. *O Brasil de fim de século e a República (1889-1930)*. In: *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*. Volume XXXIV, Lisboa-Paris, 1995.
- HOMEM, Amadeu C.; SILVA, Armando M. da, ISAÍAS, Artur C. *A República no Brasil e em Portugal (1889-1910)*. *Progresso e religião*. Uberlândia, MG: EDUFU; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.
- LEAL, Ernesto Castro. *Antônio Ferro: espaço político e imaginário social (1918-1932)*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1994.
- MAGALHÃES, José Calvet de; CERVO, Amado Luiz. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e o Brasil – 1808-2000*. Org. Dario Moreira de Castro Alves. Lisboa: Instituto Camões, 2000.
- MENDES, José Aurivaldo Sacchetta Ramos. *Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822/1945)*. Tese (Doutorado em História) – USP, 2007.
- NEVES, João Alves das. *As relações literárias de Portugal com o Brasil*. Lisboa: Inst. Cultura e Língua Portuguesa, 1992.
- NEVES, João Alves das. *Movimentos modernistas em Portugal e no Brasil: as revistas e os autores*. In: *Convergência Lusitana: revista do Real Gabinete Português de Leitura*, n. 12, 1995.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *História de Portugal. Volume III. Das revoluções liberais aos nossos dias*. Lisboa: Ed. Presença, 1998.
- PEDROSO, Consiglieri. *O accordo luso-brasileiro*. Lisboa: Antiga casa Bertrand – José Bastos ed., [s.d.]
- PEIXOTO, Afrânio. *Minha terra e minha gente*. 2. ed. [s.l.], 1916.
- PEREIRA, José Carlos Seabra. *O tempo republicano da literatura portuguesa*. In: *Revista Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 175, set./dez. 2010, p. 3-64, separata.
- Periódico O Malho*. Rio de Janeiro. (1902-1954).
- PESSOA, Fernando. *Da República: (1910-1935)*. Seleção de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão. Introdução e Organização de Joel Serrão. Lisboa: Edições Ática, 1979.
- PESSOA, Fernando. *Sobre Portugal: introdução ao problema nacional*. Seleção de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão. Introdução e Organização de Joel Serrão. Lisboa: Edições Ática, 1979.
- PINTO, Madalena Vaz. *Modernismo em língua desdobrada, Portugal e Brasil*. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – PUCRio, 2007.
- RAMOS, Rui. *A história de Portugal: a segunda fundação (1890-1926)*. Direção e coordenação de José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- RAMOS, Rui. *Um novo Brasil de um novo Portugal: a estetização da política e da cidadania numa instituição imperial brasileira*. In: *Penélope: revista de história e ciências sociais*, Oeiras, Portugal: Ed. Celta, n. 23, p. 129-168, 2000.
- REGO, A. da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Lisboa: Edições Panorama, 1966.
- Revista Atlântida: mensário artístico, literário e social para Portugal e Brasil*, Lisboa, n. 1-48, 1915 a 1920.
- Revista Brazileia: mensário nacionalista – Sociologia, arte e crítica*, Rio de Janeiro (1ª fase: 1917 a 1918; 2ª fase: 1931).
- Revista da Semana*, Rio de Janeiro (1900-1959).
- Revista Gil Blás: panfleto de combate*, Rio de Janeiro (1919 a 1923).
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A guerra aos portugueses no Rio de Janeiro no final do século XIX*. In: *Revista Oceanos*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, v. 44, out./dez, 2000.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *Antes sem pão do que sem pátria: o anti-portuguesismo nos anos da década de 1920*. In: *Convergência Lusitana, n° 17 – Brasil e Portugal: 500 anos de enlaces e desenlaces*. v. 2. p. 147-162.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata galegos. Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIO, João do (Paulo Barreto). *Na conferência da paz: aspectos de alguns países*. Rio de Janeiro: Villas-Boas & cia ed., 1919.
- RIO, João do (Paulo Barreto). *No tempo de Wenceslau...* Rio de Janeiro: Villas-Boas & cia ed., 1917.
- RIO, João do (Paulo Barreto). *Portugal d'Agora*: Lisboa, Porto, notas de viagens, impressões. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1911.
- RIO, João do (Paulo Barreto). *Portugal-Brasil: discursos pronunciados no banquete em homenagem ao ilustre escritor sr. Paulo Barreto*. [Discursos de João do Rio e Carlos Malheiro Dias]. Rio de Janeiro: [s.n.], [1919].

SARAIVA, Arnaldo. *O modernismo brasileiro e o modernismo português*: subsídios para o seu estudo e para a história das duas relações. Porto, 1986. 2 v.

SERRÃO, Joel. *Fernando Pessoa, cidadão do imaginário*. [S.l.]: Livros Horizonte, 1981.

SERRÃO, Joel. Introdução. In: *A revolução portuguesa (1907/1910)*. Machado Santos. Lisboa: Assírio Alvim, 1982.

SIMÕES, Nuno. *Actualidade e permanência do luso-brasilismo (conferências e discursos) – 1945-1955*. Lisboa: Ed. do autor, 1960.

Recebido: 23 de maio de 2012

Aprovado: 18 de outubro de 2012

Contato: mariafern@uol.com.br